

Roberto Carneiro

Coordenador do Observatório da Imigração

Václav Havel, dramaturgo e político de causas, publicou em 1979 um vigoroso ensaio a que chamou "The Power of the Powerless", escrito na sequência da Carta 77, documento lapidado sobre a defesa dos direitos humanos fundamentais e sobre a corajosa denúncia da repressão totalitária que se fazia sentir na Checoslováquia, nesse conturbado tempo histórico.

Nestas reflexões sobre a condição humana, Havel retoma as teses de Hannah Arendt sobre a possibilidade de pessoas apolíticas, sem experiência de intervenção pública, quando adequadamente agrupadas e representadas poderem passar a ser protagonistas de novas esferas públicas que resultam em formas extraordinárias de poder.

Esta seria uma *polis* alternativa marcada pela responsabilidade pessoal, pela sede de cidadania e pela preocupação com o *outro*, que revolucionaria a natureza profunda da política como serviço e renovaria as instituições tradicionais, quicá mesmo vetustas, em que ela tem assentado.

Esta *polis* alternativa surgiria de uma extraordinária novidade: dar voz a quem não tem voz!

As novas esferas públicas emergentes neste contexto surgiriam, assim, da agregação associativa dos destituídos de voz que deliberariam passar a lutar por tê-la e a poder expressá-la, sem inibição de nenhuma espécie, como direito irrenunciável à liberdade de pensamento e de participação democrática.

Na sua lendária intervenção, pronunciada no Lincoln Memorial em Washington D.C. no dia 28 de Agosto de 1963, Martin Luther King legou-nos um sonho, uma utopia mágica, para a viabilização de uma humanidade fraterna, solidária e unida no essencial. Numa passagem empolgante de "I Have a Dream", Luther King propõe numa simples fórmula: "we cannot walk alone".

Caminhar juntos, como irmãos e irmãs, mão com mão entrelaçadas, apresenta-se como o único antídoto contra a política do ódio e da divisão da humanidade em artificiais critérios de cor, de raça, de língua, de cultura, de religião ou de condição socio-económica.

O associativismo migrante, cuja força de representatividade e de legitimação cidadã bem conhecemos, quer como povo de emigrantes quer como nação de imigrantes, radica nesta vontade de reconhecimento e de participação na vida da cidade, o qual viria a merecer, em 1999, um enquadramento legal específico.

Daí que a consagração de um número da Revista Migrações ao tema não surpreenda, antes interpele.

Temos em Portugal cerca de centena e meia de associações, 2/3 inteiramente legalizadas e 1/3 em processo de reconhecimento. Este capital de “intermediação” é decisivo para reduzir custos de informação e desperdícios de comunicação, numa área onde a informação e a comunicação nem sempre fluem com a rapidez e eficácia que é importante garantir.

Por outro lado, as associações **corporizam** direitos colectivos – ou, dito de outra forma, **direitos** culturais – que superam a esfera meramente individual dos direitos para valorizar a nação de nações, a comunidade de comunidades, a unidade na diferença e na complementaridade. Esses corpos intermédios, numa democracia consolidada, são ainda extremamente relevantes para assegurar elos robustos de ligação das comunidades migrantes com os respectivos países de origem, ligações que, doutra forma, correriam o sério risco de se ver precariamente garantidas e fragmentariamente experienciadas.

Dito isto, expressa-se também o voto conjugado de que este número temático ajude as associações a compreender o que delas se espera em termos de exemplaridade de comportamento no plano dos **deveres**, desde logo perante os seus associados e primeiros interessados numa representação condigna, mas igualmente na elevação e na qualidade da interlocução que, em nome de interesses legítimos que representam, levam a cabo com os demais parceiros da sociedade civil e com os organismos públicos relevantes para a área das migrações e do diálogo intercultural.

Só uma cidadania de direitos e de deveres contribui para a consolidação da democracia e para o fortalecimento de um diálogo aberto e produtivo que faz da lealdade e da confiança recíprocas o seu activo maior de continuidade.

A Prof. Ana Paula Beja Horta realizou um trabalho altamente meritório na concepção científica e execução material deste número da Revista Migrações. O indicador mais evidente da qualidade da coordenação científica e da liderança conceptual é o notável elenco de autores que conseguiu reunir para contribuir com artigos e escritos de grande originalidade e inegável valia.

Importa sublinhá-lo, desde investigadores conceituados a representantes qualificados do mundo associativo, coligaram-se boas vontades e sentido partilhado de projecto para dar corpo a uma revista que merece ser lida e saboreada nas suas três vertentes constitutivas: investigação, boas práticas, testemunhos.

A todos quantos se empenharam pessoal e institucionalmente na produção desta obra de referência - sem esquecer a discreta mas sempre eficiente presença de Catarina Reis Oliveira, coordenadora editorial da Revista - ao universo alargado de pessoas participantes na feitura deste número temático e que nos oferecem, por este meio, um exemplo marcante de cidadania de participação, deixamos expresso o nosso mais sincero reconhecimento.